



*Q*  
*ct*

**Reunião Ordinária** – Acta nº 23/2011

**Data** – 2011-10-03

**Início** – 14.30 horas

**Local** – Cidade de Abrantes, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho

**Termo** – 16.25 horas

**Presenças:**

**Presidente** Maria do Céu de Oliveira Antunes Albuquerque

**Vereadores** Rui Miguel dos Santos Serrano  
Celeste Maria Ferreira Riachos Simão  
Manuel Jorge Séneca Valamatós dos Reis  
António Manuel Belém e Ferreira Coelho  
Carlos Manuel Godinho Gonçalves Arês

**Chefe da Divisão Administrativa e de Modernização** – Catarina Alexandra Justino Santos



Resumo Diário da Tesouraria de 30-09-2011:

a) Dotações Orçamentais ..... €1.847.186,42  
b) Dotações não Orçamentais ..... €129.079,07

Total das Disponibilidades ..... €1.976.265,49



Não podendo estar presente na reunião, por motivo de serviço, o Vereador eleito pelo Partido Social Democrata, António Santana Maia Leonardo, manifestou à Presidente da Câmara, previamente à reunião, a sua vontade de se fazer substituir pela cidadã imediatamente a seguir na ordem da lista do Partido Social Democrata apresentada às Eleições Autárquicas de 2009, Elsa Maria da Costa Cardoso, tendo a mesma comparecido pelas 14.45h, conforme consta mais à frente na acta.



A Presidente da Câmara declarou aberta a reunião, quando eram catorze horas e trinta minutos.

Foi aprovada, por maioria, com a abstenção da Vereadora Celeste Simão, por não ter estado presente, a parte da acta relativa às intervenções do público e do executivo, da reunião anterior, com excepção das deliberações aprovadas em minuta.

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*

Foi dispensada a sua leitura, por ter sido distribuída previamente a todos os membros da Câmara Municipal.



### **INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DO EXECUTIVO ANTES DA ORDEM DO DIA**

(Artigo 86º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei Nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro)

#### **PRESIDENTE DA CÂMARA**

A Presidente da Câmara começou por dar conhecimento que no próximo sábado, dia 8 de Outubro, terá lugar a inauguração da margem sul do Aquapolis, em Rossio ao Sul do Tejo. Disse que vereadores muito em breve receberão respectivo convite, mas aproveitou para dar conta do programa e das respectivas cerimónias, que terão o seu início pelas 15.00h.



Em seguida, deu conta que irá estar ausente nos próximos dias 14, 15 e 16 de Outubro, em visita oficial a Weinstadt, na Alemanha, para participar nas cerimónias comemorativas do aniversário da geminação entre aquela cidade e Parthenay – França, a convite desta última. Confessou que face à actual conjuntura pensou em declinar o convite de Parthenay, mas que reponderou uma vez que, tendo em conta a forte ligação de Weinstadt à produção do vinho, se mostra uma excelente oportunidade para divulgação e promoção dos produtos locais, em particular do vinho produzido no concelho de Abrantes.



Em seguida, deu conta de uma Informação da Divisão Financeira sobre reduções remuneratórias nas senhas de presença dos vereadores em regime de não permanência, relativamente à sua participação nas reuniões de Câmara e nas sessões da Assembleia Municipal.

Apresentou uma breve explicação sobre esse assunto e solicitou que os vereadores que exercem funções públicas procedessem conforme lhes será solicitado pelos serviços.



#### **VEREADOR ANTÓNIO BELÉM COELHO**

O Vereador Belém Coelho apresentou uma declaração dos Vereadores eleitos pelo PSD, intitulada "Por uma escola livre de delinquentes" relativa a uma proposta discutida na reunião anterior, que, por ser extensa, se anexa à presente acta.

Al  
Jo

Em seguida, o Vereador Belém Coelho apresentou um pedido de esclarecimentos relativo ao processo nº 30/2010, que diz respeito a uma vistoria sanitária a pedido de Álvaro Salgueiro Ferrão, que a seguir se transcreve:

*"O munícipe Álvaro Salgueiro Ferrão e mulher, residente na Calçada de S. José, nº 54º- 1º andar, em Abrantes, encontra-se sem poder utilizar a sanita da sua casa de banho desde 2009, em virtude de o cano de esgoto se encontrar estrangulado ao nível do rés-do-chão, na sequência da construção de uma arrecadação "clandestina" e de uma nova caixa de esgoto no rés-do-chão pelo seu vizinho Manuel Rosa Nunes.*

*Ao nosso pedido de esclarecimento de 27/12/2010, a Câmara respondeu que esta situação (desentupimento da fossa) iria ser resolvida em breve pelos serviços municipalizados.*

*Face ao exposto, os vereadores eleitos pelo PSD gostariam de saber se o munícipe já pode usar a sanita da sua casa de banho, sendo certo que uma câmara cujos serviços são incapazes de, em dois anos, resolver o problema de uma sanita de um munícipe deveria ser impedida de meter a mão em qualquer outra obra de maior responsabilidade."*

A Presidente da Câmara disse que julga que a situação se encontra já resolvida, no entanto encaminhou o pedido de esclarecimento para a Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística para informar.



Depois, apresentou uma proposta de deliberação dos Vereadores eleitos pelo PSD, intitulada "Por uma cidade limpa".

A Presidente da Câmara aproveitou para referir que já notou que a varredoura não se encontra a funcionar em pleno, tendo já alertado os serviços para esse facto.



Em seguida, deu conta de uma declaração dos Vereadores eleitos pelo PSD sobre a redução do número de autarquias, do seguinte teor:

*"A reorganização administrativa do Estado e a consequente redução do número de autarquias locais (câmaras e freguesias) sempre se afiguraram, para os vereadores eleitos pelo PSD, como uma necessidade, quer para racionalizar os meios e evitar desperdícios, quer para combater a desertificação do território.*

*Neste momento, não só é uma necessidade como devia ser também uma inevitabilidade.*

*Acontece que o momento escolhido, tendo em conta a grande pressão externa para o Governo reduzir a despesa, pode não ser o ideal para promover uma reforma administrativa do Estado que vá para além da resposta à necessidade de curto prazo no corte da despesa pública.*

*Ora, reduzir o número das autarquias tendo apenas por único objectivo a redução da despesa pública imediata vai provocar necessariamente o aumento das assimetrias entre o interior e o litoral, entre as regiões mais ricas e as mais pobres, entre as zonas urbanas e as zonas rurais, como, de resto, tem sucedido com o fecho das escolas e dos serviços de saúde.*

*[Handwritten signature]*

*Ou seja, vai provocar uma maior desertificação do interior e das freguesias rurais, o que significa que vai provocar um aumento exponencial da despesa pública a médio e longo prazo, quer pela pressão demográfica sobre a zona de Lisboa, quer pela necessidade de repovoar o território.*

*Por outro lado, qualquer reforma administrativa do poder local deverá combater o sistema feudal em que se transformaram os municípios portugueses, reforçando os meios de fiscalização e as garantias dos cidadãos e das oposições perante quem exerce o poder, que, num verdadeiro Estado de Direito, é sempre limitado, o que hoje não sucede de facto.*

*Por exposto, consideramos que a Câmara de Abrantes deverá ser contra qualquer redução do número de autarquias ou de freguesias que não passe por uma reorganização administrativa do Estado, onde as autarquias deverão ser repensadas tendo em conta não apenas o número de habitantes que servem mas também e sobretudo o território que cobrem, tendo em vista não só a fixação das populações como também servir de base a uma (futura) estratégia de repovoamento do território."*

A Presidente da Câmara, fez algumas referências e mostrou algumas das suas preocupações relativamente à questão do município de Abrantes neste processo de reestruturação.

Disse que não trouxe informação adicional, porque não se sabem muitos pormenores. O que foi estudado internamente é o que consta do Documento Verde da Reforma da Administração Local, divulgado pelo Governo.

Não consta do documento qualquer fusão de Municípios, sendo que a intenção que se conhece é a de "esvaziar para cima", o que pressupõe a passagem de competências dos municípios para as Comunidades Intermunicipais (CIM), no sentido de criar a necessidade de os próprios municípios se extinguirem.

Do ponto de vista da estratégia, é difícil de entender esta opção.

Não havendo fusão de municípios, para o caso em concreto do município de Abrantes, pode, atendendo aos parâmetros definidos, verificar-se a extinção ou fusão da freguesia de São João, no centro urbano e, no caso das freguesias maioritariamente rurais, duas extinções ou fusões – as freguesias de Souto e de Aldeia do Mato.



Dando cumprimento ao previsto nos artigos 78º e 79º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, verificando-se que Elsa Maria Costa Cardoso se apresentou no edifício dos Paços do Concelho, pelas 14.45h foi a mesma convocada e, não tendo recusado a substituição, passou a tomar parte da reunião.



Retomando o assunto sobre as implicações do Documento Verde da Reforma da Administração Local, a Presidente da Câmara disse que não imagina que este seja um documento fechado, na medida em que os autarcas ainda serão ouvidos. Relativamente a mais-valias destas alterações para as finanças públicas, elas não existem, na medida em que estas freguesias não têm custos significativos.

Di  
C

Para além disto, não se pode fazer uma reforma desta natureza, sem olhar a outros critérios. A área do concelho deve ser um deles, já que o município de Abrantes tem 715 km<sup>2</sup>.

Por outro lado, existem algumas implicações ao nível do planeamento que devem ser acauteladas, sob pena de se estar a fazer uma reforma administrativa vazia, sem consequências importantes e sem se aproveitar a oportunidade de rever as questões do ponto de vista estrutural. Muitos municípios estão num estado muito avançado de revisão dos PDM, pelo que a adequação dos equipamentos ao espaço territorial, torna-se muito importante.

A alteração na composição dos executivos Municipais é outra das implicações desta reforma que a preocupa. Sendo favorável à constituição do órgão apenas pelo partido mais votado, com o reforço das competências de fiscalização da Assembleia Municipal, discorda com a redução do número de Vereadores a tempo inteiro. Sabe-se a dificuldade que é para alguém, que tendo outro trabalho, poder-se dedicar à autarquia. Há um hiato muito grande entre o segundo escalão onde Abrantes se enquadra (intervalo entre 10 e 50.000 habitantes) e o seguinte, o que significa que há municípios com realidades muito diferentes que ficarão, segundo os critérios apontados, com igual estrutura, o que não faz sentido.

O que lhe parece, ainda assim, mais grave é a questão da redução das chefias. Porque haverá um ónus muito grande sobre a decisão política. A decisão política é tanto melhor quanto o suporte técnico, sob pena das implicações que daí advém, como todos sabem. Depois, não há, efectivamente, uma redução de custos para as autarquias, nem isto pode ser encarado desta maneira. A maior parte das chefias são colaboradores no topo ou quase no topo da carreira o que significa que, voltando à carreira de origem aufeririam praticamente o mesmo vencimento. Por outro lado, como irão funcionar os serviços? Com coordenadores? Não existe sequer esta figura na carreira técnica superior. Que responsabilidades adicionais se podem pedir aos colaboradores, quando auferem o mesmo que os outros colaboradores?

Do ponto de vista da opinião pública, a redução do número de chefias é bem vista, sem dúvida. Mas na realidade significará um retrocesso no ponto de vista da gestão, da celeridade e da qualidade dos serviços que são prestados – sendo que ainda há necessidade de fazer mais e melhor, sem redução de custos.

Numa fase mais avançada, trará mais informação sobre a implicação destas medidas, conforme forem sido discutidas.

O Vereador Carlos Arês disse estar muito preocupado com um futuro próximo, principalmente nos próximos dois anos. Deu como exemplo o facto de as acções do BCP estarem a ser vendidas por 0,19€ e não terem grandes compradores. Este é apenas um sinal de que o futuro de Portugal pode estar em causa. Referiu ainda a possibilidade de, no limite, Portugal sair do Euro.

Quanto ao que está a ser feito no âmbito desta reforma, não está surpreendido. Já noutro Governo tinha ficado com a noção de que o actual Ministro responsável por esta pasta, Miguel Relvas, uma pessoa do PSD – partido com o qual se identifica e partilha algumas ideias – não tinha uma visão formada acerca do ordenamento do território à escala regional.

O que consta do Memorando de Entendimento da Troika é uma redução significativa do número de freguesias e de municípios, e não só de freguesias, como é apontado pelo Governo. Quanto à redução do número de municípios, o governo não toma medidas concretas, referindo apenas a criação de condições para, talvez um dia, poder haver extinção. Não se pensa numa lógica efectiva reforma, tendo em conta a geografia humana e física, agregando municípios em razão das suas características. Procuram-se medidas para redução de custos e apresentam-se

Al  
Al

propostas que na prática não o fazem. Fazem a asneira, e depois corrigem a asneira, com os custos inerentes. Percebe que o Dr. Miguel Relvas pode ter muita influência e até capacidade, mas tem pena que não haja uma figura neste Governo que tenha tomado em mãos esta matéria sensível do Ordenamento do Território e que o assunto esteja a ser tratado sem conteúdo, sem peso e sem análise histórica.

A Presidente da Câmara, para complementar e sobre as questões do ordenamento do território que em tempos estiveram centralizados nas antigas Comissões de Coordenação Regional (CCR), que gradualmente se foram desatacando para outros serviços, por forma a dar alguma proximidade e celeridade aos processos. Deu como exemplo as competências das Administrações da Rede Hidrográfica (ARH). Com as extinções de organismos públicos há um retrocesso, o que limita, por exemplo o calendário proposto pela Câmara Municipal de Abrantes, para a revisão do PDM, que não dependerá da autarquia, mas sim de muitos procedimentos no seio da Administração Central.

O Vereador Belém Coelho disse ainda que provavelmente há concelhos que, pela sua dimensão geográfica e por outros indicadores, não têm condições para funcionar como concelhos, mas desempenham um papel muito grande no emprego de algumas regiões e que isso tem que ser muito bem pesado.

É evidente que a pressa é má conselheira, mas normalmente em Portugal só se fazem reformas quando já são inadiáveis e depois as decisões não são as melhores. Neste caso o papel calhou ao Ministro Miguel Relvas, mas poderia ter calhado a outro Ministro, se de outro partido se tratasse, porque as condições seriam exactamente as mesmas.

Relativamente à saída de Portugal do Euro apontada pelo Vereador Carlos Arês, disse que pensa que todos ficaram esclarecidos com um caderno especial do jornal Diário de Notícias com todas as consequências da saída do Euro, o que seria muito dramático.

A Presidente da Câmara disse que espera ainda que sejam apontadas mais algumas medidas além destas e que se deve aguardar pelo processo de negociação e pela definição concreta de acções.

Disse ainda que, no seu ponto de vista, não pode ser feita uma reforma administrativa, sem a correspondente reorganização ao nível do ordenamento do território. Deve ainda ser tida em conta, obrigatoriamente, a densidade populacional, o que aliás está a ser tido em conta quanto à fusão das freguesias, mas não relativamente aos mandatos de vereador e aos cargos de dirigentes.

Espera ainda com alguma expectativa a revisão da Lei das Finanças Locais, relativamente à actual situação do município de Abrantes no que toca ao endividamento, que é positiva, mas que poderá vir a sofrer as mesmas consequências dos municípios incumpridores.

O Vereador Carlos Arês disse que não espera que a saída do Euro se venha efectivamente a concretizar no futuro próximo. Para ele, o problema reside na alternativa à saída da zona Euro. Os países com menos dificuldades irão prestar apoio aos outros com mais dificuldades, mas fá-lo-ão a troco de participarem na decisão financeira desses, o que significará haver uma cascata de imposições e perda de autonomia nas decisões. Essa cascata vai reflectir-se na perda de autonomia também por parte das câmaras municipais. A gestão autárquica irá sentir-se cada vez mais limitada, vendo-se refém dessas medidas.

O Vereador Belém Coelho disse estar de acordo com o referido, mas o que ninguém se pode esquecer, que o que está a acontecer agora, é fruto da gestão, ou da falta dela, nos últimos anos.

Quanto à situação financeira do Município de Abrantes disse que tem perfeita consciência de que está numa situação favorável e, aliás, já teve oportunidade de o referir em várias ocasiões.



Por último, o Vereador Belém Coelho apresentou uma proposta de deliberação dos Vereadores eleitos pelo PSD relativa a abertura de concursos de pessoal e cargos de dirigente.



### **ORDEM DO DIA**

(Artigo 87º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei Nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro).

**Nº1 - Para conhecimento, a Presidente da Câmara,** apresenta o ofício da Valnor - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A., com a refª C.M./017-016, datado de 23 de Agosto de 2011, que remete estatísticas referentes ao material recolhido selectivamente por concelho no sistema Valnor, bem como a entrega de resíduos sólidos urbanos no aterro sanitário, no período de Janeiro a Julho de 2011.

**Tomado conhecimento** e enviar aos Serviços Municipalizados de Abrantes.



**Nº 2 - Para conhecimento, a Presidente da Câmara,** apresenta a informação nº31/2011 do Serviço Municipal de Protecção Civil, datada de 11 de Setembro de 2011, na sequência do pedido de esclarecimentos solicitado pelos Vereadores do PSD na reunião de 08 de Agosto de 2011, relativamente à Limpeza do Mato em Redor da Edificações. - 36860

**Tomado conhecimento.**



**Nº 3 - Para conhecimento, a Presidente da Câmara,** apresenta o ofício refª 253/SOIS/11 da Escola Prática de Cavalaria - Secção de Operações Informações e Segurança, datado de 20 de Setembro de 2011, a dar conta da realização da cerimónia de recepção aos Aspirantes a Oficial da Arma de Cavalaria, que frequentarão durante o ano lectivo de 2011/2012, o último ano (Tirocínio).

**Tomado conhecimento.**

*Handwritten signatures and initials.*

**Nº 4 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara**, remetendo para aprovação, o "Plano Prévio de Intervenção da A23", respeitante à área de intervenção do Município de Abrantes - PPI-A23 ABRT. - 28737

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovar o referido "Plano Prévio de Intervenção da A23" e remeter aos Bombeiros Municipais de Abrantes para os devidos efeitos.



**Nº 5 - Proposta de Deliberação dos Vereadores eleitos pelo PSD, Santana-Maia Leonardo e António Belém Coelho**, que por ser extensa, se anexa à presente acta, com o título "Segurança", propondo designadamente o seguinte: - 39604

*"A Câmara de Abrantes deverá defender junto das autoridades nacionais, regionais e locais, quer a política de tolerância zero ("a política das janelas partidas"), relativamente ao crime, quer a retirada do rendimento mínimo de reinserção e de qualquer benefício social para todos os criminosos que pratiquem crimes contra a integridade física e/ou o património, devendo tais apoios serem canalizados para indemnizar as vítimas dos seus actos criminosos e/ou reparar o que estragaram."*

A Presidente da Câmara disse ter tido algumas dúvidas quanto à posição a tomar nesta proposta, no que toca ao que efectivamente é proposto pelos Vereadores do PSD, uma vez que o que é descrito na proposta não é da competência da Câmara Municipal.

Existe uma estrutura, que é o Conselho Municipal de Segurança, que, como sabem, já fez um diagnóstico e que tem propostas muito concretas nesta matéria. Esse diagnóstico foi apresentado à anterior Secretaria de Estado da Administração Interna. Foi elaborado um contrato local de segurança, que aguarda a posição do actual Governo. Sobre isto, aproveitou para referir que a candidatura apresentada pelo município de Abrantes para a criação de um mediador cigano foi uma das 8 candidaturas nacionais aprovadas, e que é uma das medidas também apontadas neste contrato.

A Presidente da Câmara começou por referir que partiria do pressuposto que o que pretendiam efectivamente referir seria Rendimento Social de Inserção (RSI). O RSI encontra-se previsto na Lei nº 13/2003, de 21 de Maio, e que segundo o seu artigo 1º, consiste *"numa prestação incluída no subsistema de solidariedade e num programa de inserção, de modo a conferir às pessoas e aos seus agregados familiares apoios adaptados à sua situação pessoal, que contribuam para a satisfação das suas necessidades essenciais e que favoreçam a progressiva inserção laboral, social e comunitária"*.

Esta é uma prestação que está sob a tutela, análise e fiscalização da Segurança Social. No âmbito deste programa, perdem o direito às prestações, as pessoas que não cumprem o acordo e as obrigações previstas, mas também, segundo a alínea f) do artº 22º, *"Após trânsito em julgado da decisão judicial condenatório do titular que determina a privação da sua liberdade"*.

Qualquer outra situação não prevista nesta lei deverá ser analisada em sede própria, sendo que as indemnizações são aspectos de cabem aos Tribunais avaliar e que as revisões a esta lei cabem aos legisladores avaliar.



Q  
C

Com isto, disse não ter percebido muito bem a proposta. Tudo o que a autarquia pode fazer no sentido de apoiar as famílias com maiores dificuldades é pouco – nomeadamente em matéria de saúde.

Disse que os Vereadores do PSD fizeram uma enorme pressão no sentido de fazer aprovar o regulamento de apoio a estratos sociais desfavorecidos – que decorre da lei – o que já foi feito, no prazo entendido conveniente. Ainda assim a Câmara Municipal tem pouca intervenção nestas matérias. O que acontece por vezes, em sede de Rede Social, são chamadas de atenção por parte de alguns parceiros relativamente a alguns processos, mas que são analisadas pela Segurança Social, também parceira, que é quem tutela e fiscaliza o RSI, que toma as devidas iniciativas, que poderão passar pela privação do recebimento do valor.

Disse, mais uma vez, que o que compete à Câmara Municipal, e o que está a ser feito, é acompanhar a vida dos cidadãos, ser parceiro activo das instituições que compõem a Rede Social e as Comissões Sociais de Freguesia. Aproveitou para referir que Vereadora Celeste Simão terminou agora mais uma ronda pelas 16 Comissões Sociais de Freguesia para se inteirar de eventuais problemas, no sentido de se poderem precaver algumas situações de necessidade que poderão vir a ser mais complicadas, porque existem cada vez mais situações preocupantes no concelho que carecem de apoio, nomeadamente no que diz respeito à saúde e aos transportes. Isso, sim, preocupa o executivo em funções. Por isso, é preferível que o executivo se detalhe sobre matérias que são da sua responsabilidade directa, ou indirecta, mas sobre a qual a câmara pode ajudar a encontrar soluções, de forma, mais justa e mais igual do que estar a intervir numa matéria que não é da competência da autarquia.

Questionou qual o papel que pretendem que a câmara exerça, uma vez que o que consta da proposta está previsto na lei. Se há crime, a responsabilidade de retirar o valor e de indemnizar cabe aos tribunais. Há haver algum outro procedimento, não é da competência da Câmara Municipal. A Câmara Municipal colabora com as instituições em sede de Rede Social.

Há muito trabalho a fazer nesta área, mas o que é agora proposto está previsto na lei, basta que cada um faça aquilo que é a sua obrigação.

O Vereador Belém Coelho disse que os Vereadores eleitos pelo PSD pretendiam com esta proposta era de que a autarquia defendesse esta postura, em sede de uma magistratura de pressão. Não pretendem que a Câmara Municipal se substitua a ninguém, mas sim que se pronuncie quando for pedida a sua opinião.

Os apoios são necessários, mas deverão ter contrapartidas. Não se pode dar subsídios a pessoas que agem na criminalidade. É na perspectiva de magistratura de influência que esta proposta é apresentada.

A Presidente da Câmara disse que a autarquia não é chamada a intervir nestas questões de atribuição de RSI. Em relação às políticas de tolerância zero, poderá remeter-se para o Conselho Municipal de Segurança, onde poderá ser discutida a proposta.

Com isto, entende que a Câmara Municipal não deverá deliberar sobre esta proposta, sob pena de entrar na esfera de um parceiro com quem pretende ter as melhores relações. A Câmara pode intervir, e intervém, no seio da Rede Social, na plataforma Supraconcelhia e no Conselho Municipal de Segurança.

Caberá aos Vereadores eleitos pelo PSD decidirem ou não retirá-la.

Al  
Ct

A Vereadora Celeste Simão disse que são as equipas de RSI da Segurança Social quem faz o acompanhamento destas situações e que verificam o cumprimento dos acordos celebrados. As Comissões Sociais de Freguesia acompanham e reportam algumas situações e transferem para a Rede Social e, por sua vez, poderão ser reportadas à Plataforma Supraconcelhia. Estas questões deverão ser colocadas em sede própria, uma vez que as competências são diferentes de entidade para entidade.

O Vereador Belém Coelho disse que a proposta não pretende obrigar a actuação da Câmara Municipal, pelo que disse que os Vereadores do PSD mantêm o teor da mesma.

O Vereador Carlos Arês disse que entende a proposta, mas acha que ela própria entra em contradição. Se os Vereadores do PSD pretendem que a Câmara Municipal exerça uma magistratura de influência, não deveriam apresentar esta proposta formal, porque expõe a Câmara Municipal um pouco a ridículo ao deliberar sobre uma matéria que não é da sua competência.

O que pode ser feito é, informalmente, fazer chegar esta proposta a quem de direito, pelo que perguntou se, eventualmente, os Vereadores do PSD já o fizeram ou se já estiveram presentes nalguma reunião sobre esta matéria.

Percebe as ideias referidas, mas uma posição formal não tem fundamento nem sustentação, pelas razões já apontadas, razão pela qual vota contra a proposta.

A Vereadora Celeste Simão acrescentou ainda que a atribuição de RSI é confidencial.

**Deliberação:** Por maioria, com os votos da Presidente da Câmara e dos Vereadores Rui Serrano, Manuel Valamatos, Celeste Simão e Carlos Arês, rejeitada a proposta apresentada.



O Vereador António Belém Coelho ausentou-se da reunião pelas 15.55h, por motivos de ordem familiar.

## **DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**

### **Divisão Administrativa e de Modernização**

**Nº 6 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara,** remetendo para aprovação a dispensa do pagamento das taxas correspondentes a diversos licenciamentos de actividades, conforme lista abaixo:

Proc.º	Entidade	Evento	Data	Taxa	Valor
37777	Associação de Festas de Barrada	Festas anuais de Barrada	9,10 e 11 .09.2011	<ul style="list-style-type: none"><li>• Recinto improvisado;</li><li>• Ruído;</li><li>• Autorização para serviços de restauração e bebidas ocasionais;</li></ul>	100,05€

38467	Associação Juvenil de Apoio ao Desenvolvimento Local (CISTUS)	Efeito Cultural	23, 24 e 25.09.2011	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Afixação de cartazes</li> <li>• Recinto improvisado;</li> <li>• Ruído;</li> <li>• Actividade</li> <li>• Publicidade de cartazes e impressos na via pública</li> </ul>	322,82€
-------	---	-----------------	---------------------	--	---------

**Deliberação:** Por unanimidade, autorizada a dispensa total do pagamento das respectivas taxas, conforme lista acima, de acordo com o disposto nos artigos 10º e 13º do Regulamento de Taxas e Licenças em vigor neste Município.

Informar os requerentes que, sendo colocadas à sua disposição as licenças solicitadas, sem que procedam, previamente à realização do evento, ao seu levantamento, fica sem efeito a presente dispensa do pagamento de taxas, considerando-se as mesmas devidas, em conformidade com o disposto no artigo 18º do Regulamento de Taxas e Licenças.



**Nº 7 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara,** remetendo, para aprovação, as actas de abertura das propostas e o relatório do Júri do Concurso Público para a cedência de exploração de dois quiosques, situados no Aquapolis – Margem Sul – Rossio ao Sul do Tejo, Abrantes, o qual sugere adjudicação ao concorrente, David Ricardo Moutinho Mendes, pelo montante de 200,00€ (duzentos euros), acrescido do IVA à taxa legal em vigor.

**Deliberação:** Por unanimidade, adjudicar a cedência de exploração de dois quiosques, situados no Aquapolis – Margem Sul – Rossio ao Sul do Tejo, Abrantes, ao concorrente, David Ricardo Moutinho Mendes, pelo montante de 200,00€ (duzentos euros), acrescido do IVA à taxa legal em vigor, de acordo com o referido relatório do Júri do Concurso.

É dispensada a audiência do concorrente, fundamentada pela alínea b) do nº 2 do Artigo 103º do Código de Procedimento Administrativo, que refere esta possibilidade "se os elementos constantes do procedimento conduzirem a uma decisão favorável aos interessados", tornando-se assim definitiva a decisão proferida.



## Divisão Jurídica

**Nº 8 - Para conhecimento, a Presidente da Câmara,** apresenta o ofício nº 32 da Assembleia Municipal de Abrantes, datado de 26 e Setembro de 2011, que remete as deliberações aprovadas em minuta na Sessão Ordinária realizada no dia 23 de Setembro do corrente ano, referentes aos assuntos que a seguir se discriminam: - 40714

- Pedido de isenção de IMT relativamente aos lotes 22 a 25 e 31 do Loteamento da Colina do Tejo - rectificação da deliberação da CMA de 18 de Abril e da AMA de 30 de Abril de 2011;
- Transferência do edifício da Escola Básica Dr. Fernando Loureiro para a Câmara Municipal;
- Ratificação da designação do representante da Assembleia Municipal na Comissão de Acompanhamento da Revisão do Plano Director Municipal – Senhor Aníbal Ramos de Melo;
- Fixação da Derrama para 2012;
- Fixação da taxa de IMI de 0,7% relativa aos prédios urbanos e a taxa de 0,4% relativa aos prédios urbanos avaliados, a liquidar em 2012;
- Fixação em 4,5% a participação variável no IRS a liquidar em 2013, com referência aos rendimentos dos Municípios do ano de 2012;
- Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP);
- Mapa de Pessoal – alterações;
- Protocolos de Colaboração entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, relativos à organização dos transportes escolares e outros, dos alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico, para o ano lectivo de 2011/2012;
- Protocolos de Colaboração entre a Câmara Municipal, e várias Juntas de Freguesia e outras Instituições, relativos ao fornecimento de refeições às Escolas do 1º CEB e Jardins de Infância do Concelho de Abrantes, no ano lectivo de 2011/2012;
- Transportes Escolares – previsão de custos para o ano lectivo 2011/2012;
- Declaração de Interesse Público da construção do Centro de Interpretação do Tejo Ibérico – Cais de Rio de Moinhos.

As  
Ceb

**Tomado conhecimento.**



**Nº 9 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara**, remetendo, para aprovação, a minuta de compra e venda referente aos lotes 22 a 25 e 31 do loteamento sito na Rua Vale do Aipo, freguesia de São Vicente, Abrantes, a celebrar entre Latitude – Imobiliária, Urbanismo e Construção, Lda. e o Município de Abrantes, pelo valor de 325.397,80€ (trezentos e vinte e cinco mil trezentos e noventa e sete euros e oitenta cêntimos). - 31613

el  
@

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovar a referida minuta, delegando-se poderes na Presidente da Câmara para a sua assinatura.



**Nº 10 - Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara Rui Serrano,** respeitante a uma Informação dos Serviços de Assuntos Jurídicos da Divisão Jurídica e da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, datada de 29 de Setembro de 2011, relativa à determinação do coeficiente de conservação de locado no âmbito do NRAU, na sequência de vistoria realizada a uma habitação sita no Largo de Santana, Nº 100, em Abrantes, requerida por José dos Santos de Jesus.

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovar a determinação do coeficiente de conservação do referido locado, nos termos da presente Informação dos Serviços de Assuntos Jurídicos da Divisão Jurídica e da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, datada 29 de Setembro de 2011.

Aos respectivos serviços para procederem em conformidade.



### **Divisão Financeira**

**Nº 11 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara,** respeitante a uma Informação da Divisão Financeira, que remete, para aprovação, a 6ª Proposta de Alteração Orçamental 2011, da Câmara Municipal de Abrantes.

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovada a referida alteração orçamental, nos termos da Informação da Divisão Financeira.



**Nº 12 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara,** remetendo para aprovação, parecer elaborado nos termos da Portaria 4-A/2011, de 3 de Janeiro, com vista à renovação do contrato de prestação de serviços de consultadoria técnica, celebrado com a A.R. Montalvo e Associados. - 40370

**Deliberação:** Por maioria, com a abstenção da Vereadora eleita pelo PSD Elsa Cardoso, aprovar o referido parecer, com vista à renovação do contrato de prestação de serviços de consultadoria técnica, celebrado com a A.R. Montalvo e Associados.

Aos respectivos serviços para os devidos efeitos.

A  
Cet

**Nº 13 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara,** remetendo para aprovação, parecer elaborado nos termos da Portaria 4-A/2011, de 3 de Janeiro, com vista à renovação do contrato de aquisição de serviços de consulta jurídica, celebrado com Ana Paula Milho. - 40351

**Deliberação:** Por maioria, com a abstenção da Vereadora eleita pelo PSD Elsa Cardoso, aprovar o referido parecer, com vista à renovação do contrato de aquisição de serviços de consulta jurídica, celebrado com Ana Paula Milho.

Aos respectivos serviços para os devidos efeitos.

## **DEPARTAMENTO DE INTERVENÇÃO SOCIAL**

### **Divisão de Cultura e Turismo**

**Nº 14 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara,** remetendo para aprovação a dispensa do pagamento das taxas correspondentes à cedência do Cine-Teatro São Pedro, conforme lista abaixo:

Proc.º	Entidade	Evento	Data	Taxa	Valor
31701	Centro Social Interparoquial Abrantes	Festa Dia do Idoso	20.10.2011	Cedência do auditório do Cine-Teatro São Pedro	129,16€
38609	Rotary Club Abrantes	Festa Natal	9 e 10.12.2011	Cedência do auditório do Cine-Teatro São Pedro	387,38€

Mais informa que o Rotary Club de Abrantes solicita também, a cedência do autocarro municipal, com isenção do pagamento das respectivas taxas, para o dia 10 de Dezembro de 2011, com vista à recolha e retorno das crianças.

**Deliberação:** Por unanimidade, autorizada a dispensa total do pagamento das respectivas taxas, conforme listagem acima, de acordo com o disposto nos artigos 10º e 13º do Regulamento de Taxas e Licenças em vigor neste Município.

Autorizar igualmente, a isenção do pagamento pela utilização do autocarro municipal, no valor de 129,72€.

Aos respectivos serviços para os devidos efeitos.



**Nº 15 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara,** a remeter para aprovação do órgão executivo, a atribuição da comparticipação no valor de 40.000€ (quarenta mil euros), na realização da 10ª Feira Nacional de Doçaria Tradicional 2011, em parceria com a Tagus, a levar a efeito de 28 a 30 de Outubro de 2011, no edifício da antiga rodoviária.

*Acta da reunião de 03 de Outubro de 2011*

21  
8

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovada a comparticipação na realização da 10ª Feira Nacional de Doçaria Tradicional 2011, em parceria com a Tagus, no valor de 40.000€ (quarenta mil euros).

A Vereadora Elsa Cardoso aproveitou para questionar quais as actividades promovidas e os montantes envolvidos, ao que a Presidente da Câmara explicou tratar-se de actividades e custos em tudo semelhantes às edições anteriores da Feira de Doçaria Tradicional, sendo esta já a 10ª edição da mesma.



### **Divisão de Educação e Acção Social**

**Nº16 - Para conhecimento, a Vereadora Celeste Simão.**, apresenta a Informação Nº 11/2011 da Divisão de Educação e Acção Social, datada de 13 de Setembro de 2011, no âmbito da deslocação efectuada por uma delegação de Abrantes ao Município de Ribeira Brava, S. Nicolau – Cabo Verde, entre os dias 11 e 13 de Julho de 2011, composta pela Vereadora da Educação e Acção Social e pela Coordenadora do projecto "Padrinh" da Associação de Geminação de Abrantes, que remete o relatório da visita elaborado pela referida coordenadora, bem como o quadro resumo dos alunos apadrinhados no Município de Ribeira Brava. - 39305

**Tomado conhecimento.**



**Nº 17 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara**, na sequência do pedido de Andreia Margarida Fernandes Costa, residente em Pucariça, freguesia de Rio de Moinhos, Abrantes, a solicitar apoio para o transporte escolar entre Rio de Moinhos e o Entroncamento para o ano lectivo de 2011/2012, uma vez que se encontra a frequentar o curso Tecnológico de Desporto, na Escola Secundária do Entroncamento. - 38832

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovar a comparticipação de 50% do valor do transporte para deslocação da aluna Andreia Margarida Fernandes Costa para a Escola Secundária do Entroncamento, atendendo a que o referido curso não existe no concelho de Abrantes.

Aos respectivos serviços para os devidos efeitos.



**Nº 18 - Proposta de Deliberação da Vereadora Celeste Simão**, respeitante a uma Informação do Serviço de Educação da Divisão de Educação e Acção Social, datada de 26 de Setembro de 2011, sobre a comparticipação da Autarquia de Abrantes nos transportes escolares para ano lectivo 2011/2012, dos alunos deste concelho que se encontram a frequentar os cursos CEF em Constância. - 37900

9  
Act

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovar o pagamento dos transportes dos alunos dos cursos CEF de electricidade, cozinha, restauração-serviço mesa e restauração cozinha, no valor total de 4.649,40€ (quatro mil seiscientos e quarenta e nove euros e quarenta cêntimos).

À Divisão de Educação e Acção Social e à Divisão Financeira para procederem em conformidade.



### **Divisão de Desporto e Juventude**

**Nº 19 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara,** remetendo para aprovação, minuta do protocolo de cooperação a celebrar entre o Município de Abrantes e a Associação de Nadadores dos Estoris, referente à realização do 9º Challenger 10 Km Open Water, no dia 18 de Setembro de 2011. - 33723

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovar a referida minuta, delegando-se poderes na Presidente da Câmara para a sua assinatura.



**Nº 20 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara,** referente a uma Informação da Divisão de Desporto e Juventude, que propõe o reforço do montante atribuído, no âmbito do Findesp, à Associação de Melhoramentos de Alvega, no valor de 500,00€ (quinhentos euros), tendo em conta que a sua equipa de futebol sénior, se qualificou para a fase final da Distrital do Inatel. - 33981

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovar o reforço do montante atribuído no âmbito do Findesp, à Associação de Melhoramentos de Alvega, no valor de 500,00€ (quinhentos euros), de acordo com a referida Informação da Divisão de Desporto e Juventude.



**Nº 21 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara,** referente a uma Informação da Divisão de Desporto e Juventude, que propõe o reforço do montante atribuído, no âmbito do Findesp, à Casa do Povo de Rio de Moinhos, no valor de 500,00€ (quinhentos euros), tendo em conta que a sua equipa de futebol sénior, se qualificou para a fase final da Distrital do Inatel. - 38929

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovar o reforço do montante atribuído no âmbito do Findesp, à Casa do Povo de Rio de Moinhos, no valor de 500,00€ (quinhentos euros), de acordo com a referida Informação da Divisão de Desporto e Juventude.



*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*

**Nº 22 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara**, referente à Informação nº 24/2011 da Divisão de Desporto e Juventude, datada de 9 de Setembro de 2011, referindo que o Clube Desportivo "Os Patos", apresentou uma candidatura à linha 3 do Programa de Apoio às Associações Desportivas do Findesp, referente à Atleta Francisca Laia, cujo processo de candidatura está de acordo com as normas e em condições de receber o respectivo apoio no valor de 750,00€ (setecentos e cinquenta euros).

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovar o referido apoio, no valor de 750,00€ (setecentos e cinquenta euros), de acordo com a Informação nº 24/2011 da Divisão de Desporto e Juventude.



**Nº 23 - Proposta de Deliberação do Vereador Manuel Jorge Valamatos**, referente a uma Informação da Divisão de Desporto e Juventude, na sequência do pedido do CRIA – Centro de Recuperação Integração de Abrantes, a solicitar a utilização das piscinas municipais cobertas, com isenção do pagamento de taxas, no âmbito da pareceria entre aquela instituição e a Câmara Municipal de Abrantes. - 39517

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovar a dispensa do pagamento de taxas, no valor total de 2.413,32€, de acordo com a referida Informação da Divisão de Desporto e Juventude.

## **DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO**

### **Divisão de Projectos e Empreitadas**

**Nº 24 - Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara Rui Serrano**, respeitante à Informação nº 229 da Divisão de Projectos e Empreitadas, datada de 05 de Setembro de 2011, dando conta que a Sociedade de Construções José Coutinho, S.A., entregou a Garantia Bancária Nº 2537.003200.693, no montante de 311.552,35€ da Caixa Geral de Depósitos, datada de 25/03/2011, correspondente ao adiantamento de 30% dos trabalhos contratuais por realizar da empreitada de "Construção do Mercado Municipal de Abrantes", garantia essa que já foi reduzida anteriormente para o montante de 298.572,65€.

Tendo sido já entregues as facturas nos montantes de 10.222,50€ e 20.219,10€ com os autos nºs 8 e 9, deverá ser reduzida a referida garantia no valor de 9.132,48€, que corresponde a 30% dos valores dos autos, de acordo com nº 2 do artigo 295º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, na actual redacção, que passará a ter o valor de 287.460,17€.

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovar a redução da referida garantia bancária, nos termos da citada informação nº 229 da Divisão de Projectos e Empreitadas.

Comunicar à Caixa Geral de Depósitos, S.A., com conhecimento ao empreiteiro.

*Acta da reunião de 03 de Outubro de 2011*

21  
Cet

**Nº 25 - Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara Rui Serrano**, respeitante à Informação nº 230 da Divisão de Projectos e Empreitadas, datada de 08 de Setembro de 2011, dando conta que a Sociedade de Construções José Coutinho, S.A., entregou a Garantia Bancária Nº 2537.003200.893, no montante de 209.568,39€ da Caixa Geral de Depósitos, datada de 25/03/2011, correspondente ao adiantamento de 30% dos trabalhos contratuais por realizar da empreitada de "Aquapolis – Margem Sul – 2ª Fase – Parque Ribeirinho de Abrantes", garantia essa que já foi reduzida anteriormente para o montante de 298.572,65€.

Tendo sido já entregue a factura no montante de 165.194,91€, com o auto nº 11, deverá ser reduzida a referida garantia no valor de 49.558,47€, que corresponde a 30% do valor do auto, de acordo com nº 2 do artigo 295º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, na actual redacção, que passará a ter o valor de 47.184,54€.

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovar a redução da referida garantia bancária, nos termos da citada informação nº 230 da Divisão de Projectos e Empreitadas.

Comunicar à Caixa Geral de Depósitos, S.A., com conhecimento ao empreiteiro.



**Nº 26 - Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara Rui Serrano**, respeitante à Informação nº 231 da Divisão de Projectos e Empreitadas, datada de 09 de Setembro de 2011, dando conta em 05/05/2009 e 01/10/2009, foram efectuadas as recepções definitivas parciais da empreitada da obra de "Aquapolis – Parque Urbano Ribeirinho de Abrantes – Concepção/Construção de Infraestruturas".

Os montantes dos trabalhos aí recebidos ascenderam a 3.796.166,91€, correspondente a 81,05% do valor dos trabalhos realizados, pelo que, foram libertadas garantias bancárias correspondentes a 10% dos trabalhos recebidos.

Com o decorrer da obra, o empreiteiro apresentou a garantia Nº 05/179/27509, emitida pelo Banco BPI, S.A., no valor de 18.495,37€, destinada à caução e reforço de caução para a revisão de preços, pelo que sugere a redução da referida garantia no valor de 14.990,50€, correspondente a 81,05% dos trabalhos já recebidos definitivamente, que passará a ter o valor de 3.504,87€.

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovar a redução da referida garantia bancária, nos termos da citada informação nº 231 da Divisão de Projectos e Empreitadas.

Comunicar ao Banco BPI, S.A., com conhecimento ao empreiteiro.



**Nº 27 - Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano**, referente à Informação Nº 233 da Divisão de Projectos e Empreitadas, datada de 13 de Setembro de 2011, a dar conta que José Manuel da Silva Fidalgo, adjudicatário da

21  
C

empreitada de "Construção do Centro Escolar de Bemposta", entregou a documentação necessária para a introdução de subempreiteiro em obra e referindo que cumpre com o previsto no art.º 383º do Código da Contratação Pública, na medida em que o valor da adjudicação a subempreiteiros não excede o limite de 75% do valor da obra que lhe foi adjudicada.

**Deliberação:** Por unanimidade, autorizar a entrada do subempreiteiro em obra, nos termos previstos na lei, uma vez que o valor da adjudicação a subempreiteiro não excede o limite de 75% do valor da obra que lhe foi adjudicada, de acordo com a referida Informação Nº 233 da Divisão de Projectos e Empreitadas.

Alertar o adjudicatário que, no futuro, deverá, no prazo de 5 dias após a celebração de cada contrato de subempreitada, comunicar esse facto por escrito, remetendo cópia do contrato em causa, devendo nessa comunicação fundamentar a decisão de recorrer à subempreitada e atestar a observância dos limites a que se referem os nºs 1 e 2 do artigo 383º, conforme determinam os nºs 3 e 4 do artigo 385.º do CCP.

Remeter o processo para o Coordenador de Segurança em obra, para dar cumprimento ao disposto no nº 5 do artigo 15º do Decreto-Lei nº 273/2003, de 29 de Outubro.

À Divisão de Projectos e Empreitadas para proceder em conformidade.



**Nº 28 - Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara Rui Serrano**, referente à Informação nº 234 da Divisão de Projectos e Empreitadas, datada de 14 de Setembro de 2011, acerca da vistoria realizada à empreitada de "Pavimentação de Vários Arruamentos em São Miguel do Rio Torto", adjudicada à firma Mendes & Gonçalves, S.A..

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovado o auto de recepção definitiva, devendo proceder-se à libertação das garantias correspondentes ao caucionamento da referida empreitada.

Aos respectivos serviços para procederem em conformidade.



**Nº 29 - Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara Rui Serrano**, referente à Informação nº 241 da Divisão de Projectos e Empreitadas, datada de 28 de Setembro de 2011, acerca da vistoria realizada à empreitada de "Campo de Baseball – Cidade Desportiva de Abrantes – Acesso e Acabamentos", adjudicada à sociedade Lena – Engenharia e Construções, S.A., para efeitos de recepção definitiva.

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovado o auto de recepção definitiva, devendo proceder-se à libertação das garantias correspondentes ao caucionamento da referida empreitada.

Aos respectivos serviços para procederem em conformidade.

## **Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística**

**Nº 30** - Em anexo, relação de processos da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, despachados pelo Vereador Rui Serrano, ao abrigo das competências que lhe foram subdelegadas pela Presidente da Câmara.

### **SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ABRANTES**

**Nº 31 - Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara Rui Serrano**, referente a uma Informação dos Serviços Municipalizados de Abrantes, propondo para aprovação provisória, o projecto de Regulamento do Serviço de Abastecimento de Água do Município de Abrantes e promoção de um período de consulta pública por um período de 30 dias.

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovar o referido projecto de regulamento, nos termos da citada Informação dos Serviços Municipalizados.



**Nº 32 - Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara Rui Serrano**, referente a uma Informação dos Serviços Municipalizados de Abrantes, propondo para aprovação provisória, o projecto de Regulamento do Serviço de Gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos do Município de Abrantes e promoção de um período de consulta pública por um período de 30 dias.

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovar o referido projecto de regulamento, nos termos da citada Informação dos Serviços Municipalizados.



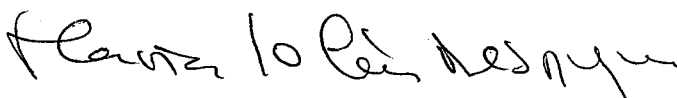
### **Encerramento da Reunião**

E não havendo mais assuntos a tratar, a Presidente declarou a reunião encerrada pelas dezasseis horas e vinte e cinco minutos.

De tudo para constar se lavrou a presente acta, que se encontra aprovada, inclusive por minuta as deliberações, com excepção das intervenções dos elementos do executivo não determinantes de deliberação.

A Chefe da Divisão Administrativa e de Modernização a redigiu e também a assina.

**A PRESIDENTE DA CÂMARA**



**A CHEFE DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA E DE MODERNIZAÇÃO**



*Acta da reunião de 03 de Outubro de 2011*

to m  
Ab  
C  
a

## POR UMA ESCOLA LIVRE DE DELINQUENTES

### Declaração

3 de Outubro de 2011

Sempre que lhes falha a razão, os socialistas habituaram-se a esgrimir o argumento do «regresso do fascismo», na esperança que o medo do "antigamente" tolha a capacidade de raciocinar dos cidadãos.

Não foi, por isso, surpresa que a maioria socialista, para rejeitar uma proposta tão consensual socialmente como a nossa «POR UMA ESCOLA LIVRE DE DELINQUENTES» (basta auscultar a maioria dos pais e o cidadão comum), tenha tido necessidade de recorrer ao tão velho e gasto chavão do papão do fascismo.

Ora, a nossa proposta vem precisamente em sentido contrário da escola selectiva, autoritária e exclusiva do antigo regime.

Pelo contrário, a actual escola pública, ao permitir que certos estabelecimentos de ensino se tornem reféns de grupos de marginais que os controlam pelo terror e pelo medo que inspiram a toda a comunidade escolar, é que está a transformar a educação numa ferramenta de ascensão social apenas acessível às classes mais favorecidas, as únicas com poder económico para superar, com explicações e poder de escolha da escola e das turmas dos seus filhos, o lodaçal em que se transformaram esses estabelecimentos de ensino público.

E no contexto em que a expressão "jovens delinquentes" é utilizada na nossa proposta é óbvio que a mesma apenas se destina a identificar os jovens que se comportam desta forma no espaço escolar.

Ou seja, não é extensível, nem abrange, os jovens que cometeram ou cometem crimes fora da escola mas que, no espaço escolar, cumprem e aceitam as regras da comunidade.

Edme.  
Ad

Alc  
el

Ora, a nossa proposta visa, precisamente e tão-só, criar as condições indispensáveis para que todas crianças e jovens, designadamente as dos meios mais desfavorecidos, possam ter a possibilidade de encontrar na sua escola um espaço que lhes permita valorizarem-se socialmente, o que só é possível se a escola for um espaço de trabalho, de exigência, de respeito mútuo e de disciplina.

Uma escola de basquetebol pode aceitar receber e formar todos os jovens.

Agora o que não pode é manter nas suas fileiras indivíduos que só querem jogar com os pés, caso contrário, deixa de ser capaz de cumprir a sua função.

E só um governante que tenha por objectivo destruir uma escola de basquetebol pode obrigar a escola a manter nas suas fileiras indivíduos que se recusam a jogar com as mãos.

Até porque não vale a pena andar a clamar pela falta de autoridade dos professores e dos órgãos de gestão dos estabelecimentos de ensino, se depois a escola mantém no seu seio quem, todos os dias e à vista de todos, desafia e desacredita essa autoridade.

A escola não pode ser um inferno onde quem quer trabalhar e cumprir as regras vive totalmente desprotegido e sob o terror de jovens delinquentes que se apropriam do espaço escolar para impor as suas regras, coagindo, ameaçando, e violentando quem desafia o seu poder de facto.

E não vale a pena tapar o sol com uma peneira, porque todos sabemos que a acção disciplinar da escola pública não só é absolutamente inútil como os próprios professores e funcionários sabem bem os riscos que correm se agirem e/ou caírem no erro de solicitar a colaboração dos pais.

Aliás, o que não falta são exemplos diários veiculados pela comunicação social.

Sendo certo que a prisão, como defende a esquerda em geral e resulta claramente da declaração de voto da maioria socialista, não pode ser a única alternativa à permanência destes jovens na escola pública, até porque isso leva, inevitavelmente, à implosão da escola como espaço de trabalho, de respeito mútuo e de disciplina, uma vez que a prisão, tendo em conta a lentidão e a permissividade da nossa justiça, só

Eme.  
AB

chega quando o lastro de destruição causado já é irreversível, seja para o jovem delinquente, seja para a comunidade escolar.

É certo que a destruição da escola pública e da família tradicional, como instituições transmissoras dos valores das sociedades liberais, sempre foi um dos grandes desígnios da esquerda socialista, razão por que sempre defenderam a manutenção no seu seio dos germens capazes de a destruir.

Estu  
el

Acontece que os vereadores eleitos pelo PSD defendem a preservação da escola pública, enquanto instituição transmissora dos valores das democracias ocidentais, pelo que defendem que, antes de se optar por uma solução extrema, devem existir soluções intermédias, capazes de, pelo menos, impedir que o vírus da indisciplina, doença altamente contagiosa, se propague e mine todo a instituição.

Para se pertencer à comunidade escolar (ou a qualquer outra), o indivíduo tem de aceitar as regras de funcionamento da própria comunidade, sob pena de esta se desmembrar.

Se o Estado, efectivamente, quiser obrigar a cumprir a escolaridade obrigatória aos jovens que se recusam a aceitar as regras da escola pública normal, tem de criar escolas especiais, com professores, funcionários e segurança especializada, capaz de lhes impor regras de conduta e de não ceder ao medo.

Até porque é fundamental que a escola proteja os alunos que aceitam as suas regras, porque, só assim, eles aprenderão a confiar nas instituições.

Discriminar é, apenas, distinguir.

Será injusto quando distingue o que é igual, mas não quando diferencia o que é diverso.

Só assim teremos efectivamente uma escola inclusiva, onde cada um pode utilizar e desenvolver as suas capacidades.

A justiça não é, por definição, igualitária, mas discriminatória.

ANTÓNIO BELÉM COELHO  
ELSA MARIA CARDOSO  
VEREADORES

Não trata a todos por igual, mas procura atribuir a cada qual o que lhe compete, não apenas em função da sua dignidade humana, mas também das suas características pessoais objectivas que, obviamente, não podem ser ignoradas.

Não deixa de ser curioso que os grupos que antes mais apelavam à igualdade na diferença sejam também agora os que mais reivindicam a indiferença na desigualdade, na medida em que não toleram a discriminação do que é, logicamente, diferente.

Só seremos efectivamente todos iguais quando se reconhecer, também a nível social e jurídico, que somos todos diferentes.

Os Vereadores



(António Manuel Belém e Ferreira Coelho)



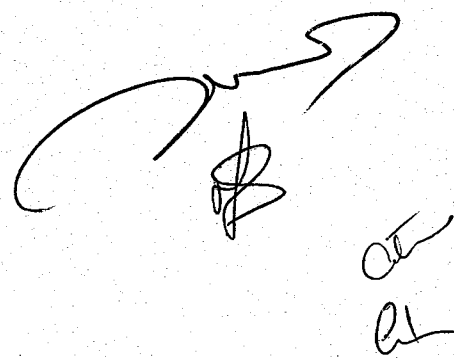
(Elsa Maria da Costa Cardoso)



SEGURANÇA

Proposta

15 de Setembro de 2011

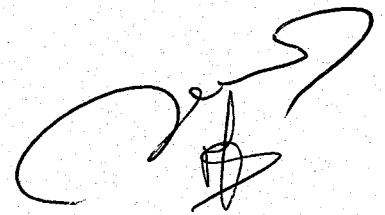


No seguimento dos trágicos acontecimentos de Londres transcrevemos uma parte do artigo do insuspeito Miguel Sousa Tavares, intitulado "O Triunfo do Mal" (Expresso de 13/8/11):

*«Não me venham com piedosos discursos de compreensão ou desculpabilização sobre os jovens perdidos, sem trabalho, sem futuro e sem horizontes. Estes são meninos sustentados pelo sistema social inglês, que tão caro custa a quem o paga, com os impostos do seu trabalho. (...) O que lhes falta é apenas (e eu sei que é muito!) pais que os eduquem. (...) Como escreveu o "The Times", estes bandos de jovens arruaceiros que espalharam o terror nas cidades inglesas, destruindo vidas e o produto do trabalho e esforço de tanta gente, ingleses ou imigrantes, tentam sabotar os alicerces de uma sociedade onde tantos jovens do mundo gostariam de poder viver e crescer. Estes meninos têm de mais e, como têm, acham um desafio fantástico destruir o que têm e o que devem a outros. (...)*

*É difícil, por exemplo, não concordar com a opinião pública inglesa, quando ela exige que os delinquentes de rua fiquem de fora de qualquer benefício social. É difícil aceitar, como sucede entre nós, que haja condenados a receber rendimento mínimo de inserção. (...)*

*A ninguém, seja qual for a sua condição, deve ser concedido um estatuto de direitos sem deveres. Aquele a quem nenhum dever é exigido para com a comunidade são os primeiros a desprezar as regras de vida colectiva. Eles não sabem, nem querem saber, que a qualquer direito de que gozam corresponde a um dever que alguém cumpriu para que eles o possam ter. E isso ensina-se em casa e na escola. E, quando a casa ou a escola falham, ensina-se nos tribunais.»*



Esta situação é tanto ou mais revoltante quanto é certo que, neste momento, morrem com fome, todos os dias, milhares de crianças na Somália e na Etiópia para quem a situação social dos jovens delinquentes europeus seria um verdadeiro paraíso.

É, de facto, bastante injusto assistir a pedidos de segunda oportunidade para delinquentes europeus quando há milhões de crianças a morrer de fome em todo o mundo a quem ninguém lhe deu sequer uma oportunidade.

Por outro lado, também não é aceitável que o Estado continue a subsidiar delinquentes com o dinheiro de quem trabalha, quando não há dinheiro para indemnizar as vítimas desses delinquentes.

Diz o povo que se deve pôr as barbas de molho quando vemos as do nosso vizinho a arder.

Para combater o mal que, durante os últimos anos se foi deixando incubar nas ruas das principais cidades inglesas, fruto das brandas e irrealistas teorias sociológicas de meia-tijela do "bom selvagem" (como se pode constatar, da teoria só ficou o "selvagem"), o governo inglês decidiu trazer, para seu conselheiro de ordem pública, Bill Bratton, o superpolícia de Nova Iorque que levou a cabo, nos anos de 1980, com grande sucesso, "a política da janela partida".

Ou seja, precisamente a solução que nós aqui defendemos na nossa proposta sobre a "Segurança" de 31 de Maio de 2011.

Na nossa opinião, é chegada a hora de se começarem a tomar medidas preventivas para desincentivar o crime e parasitismo.


**Pelo exposto, os vereadores do PSD vêm apresentar a seguinte proposta, requerendo, desde já, o seu agendamento:**

**A Câmara de Abrantes deverá defender junto das autoridades nacionais, regionais e locais, quer a política de tolerância zero ("a política das janelas partidas"), relativamente ao crime, quer a retirada do rendimento mínimo de reinserção e de qualquer benefício social para todos os criminosos que pratiquem crimes contra a**

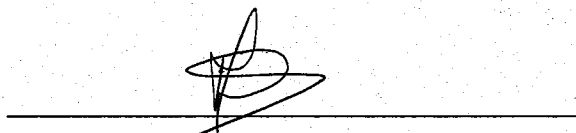
integridade física e/ou o património, devendo tais apoios serem canalizados para indemnizar as vítimas dos seus actos criminosos e/ou reparar o que estragaram.

*CS*  
*AL*

Os Vereadores



(António Manuel Santana Maia Leonardo)



(António Manuel Belém e Ferreira Coelho)

## Relação dos processos para a Reunião de Câmara de 2011/10/03

PROCESSO				REQUERIMENTO		REQUERENTE, RESIDENCIA	DESCRIÇÃO, LOCAL DA OBRA	DESPACHO, DELIBERAÇÃO		
Tip	Número	Data	Tipo	Número	Data			Número	Tip	Data
04.01	04001119	2008/07/01	RELICONS	10000354	2010/03/05	ISATEL-SOCIEDADE DE CONSTRUCAO, LDA Av. D. JOAO I, 414 CM00000507	construção moradia URBANIZAÇÃO ARCA D/AGUA, LOTE 30 S. VICENTE	11000678	DES	2011/09/26 T E O R
06.03	06000334	2006/05/05	LICOBR	06001339	2006/05/05	MATILDE MARIA BRAS MARTINS RUA DO MERCADO 177 CM000011065	beneficiação moradia RUA DO MERCADO 177	11000681	DES	2011/09/27 T E O R
04.01	07000857	2007/11/20	LICOBR	07003545	2007/11/20	ANA LUCIA DA SILVA MATOS RUA PRINCIPAL - CAIXA POSTAL N.º 823 FOZ CM00012523	construção moradia RUA PRINCIPAL AGUA TRAVESSA	11000679	DES	2011/09/26 T E O R
04.01	08000415	2008/08/08	LICOBR	08002320	2008/08/08	MANUEL ANTONIO FERNANDES RUA DOS CANAVIAIS CM00015207	construção anexo Rua dos Canaviais Cabrito	11000675	DES	2011/09/23 T E O R
06.01	09000537	2009/10/30	RUE	09002303	2009/12/10	MARIA JOSE QUINTAS PRATES RUA PRINCIPAL, N.º 35 FOZ CM00016989	alteração moradia ESTRADA MUNICIPAL, N.º 35	11000683	DES	2011/09/27 T E O R
04.06	09000547	2009/11/05	LICOBR	09002102	2009/11/05	GABRIELA REBOLO CHOPAO ALEIXO RUA POETA ANTONIO ALEIXO, N.º 3 R/C BOM SUCESSO CM00017110	construção moradia Lote 15 - Portelas	11000676	DES	2011/09/26 T E O R
04.06	10000038	2010/01/27	RUE	10000301	2010/02/25	FRANCISCO ROSA FERREIRA RUA DA ALEGRIA, N.º 38 CM000007545	construção moradia RUA MARIM MONIZ-QUINTA DA CHAÍÇA LOTE 171 CHAÍÇA	11000671	DES	2011/09/21 T E O R

\*\*\* processado por computador \*\*\*  
\*\*\* sistemas infoRuje \*\*\*

## Relação dos processos para a Reunião de Câmara de 2011/10/03

PROCESSO			REQUERIMENTO			REQUERENTE, RESIDENCIA		DESCRIÇÃO, LOCAL DA OBRA		DESPACHO, DELIBERAÇÃO		
Tip	Número	Data	Tipo	Número	Data					Número	Tip	Data
05.01	10000191	2010/05/11	LICOR	10000800	2010/05/11	0501117849	COMPISOS - CONSTRUÇÕES E URBANIZAÇÕES, LDA RUA DR. MANUEL ARRIAGA, 32 B1 CARNAIXIDE	ampliação edifício comercial/ prestação de serviço largo do Bucalipio	11000677	DES	2011/09/26	T E O R
26.09.2011:Notifique-se em conformidade, fixando-se o prazo proposto												
06.01	10000317	2010/08/03	LICOR	10001376	2010/08/04	0237789400	TIAGO MIGUEL LOURINHO ALEXANDRE AV. D. MANUEL I, N.º 1361 - A	alteração Comércio Rua Francisco Ferreira da Mata	11000661	DES	2011/09/15	T E O R
2011.09.15:Emita-se o alvará.												
04.01	99001465	1999/07/12	LU	11000732	2011/07/28	0199348766	INES MARIA DIAS ROSEIRO RUA PEDRO NUNES, N.º 238 CHAINÇA	construção moradia RUA PEDRO NUNES, N.º 238 CHAINÇA	11000669	DES	2011/09/20	T E O R
2011/09/20 - No uso das competências que me foram sub-delegadas, defiro o pedido de autorização de utilização.												

\*\*\* Processado por computador \*\*\*  
 \*\*\* Sistemas InfoNje \*\*\*